

Principais programas e iniciativas adotadas pela ministra Nancy Andrighi em sua gestão na Corregedoria Nacional de Justiça

Grupo CCR5 - Na gestão da ministra Nancy Andrighi, pela primeira vez a Corregedoria Nacional de Justiça visitou todos os tribunais do país, seja por ela própria ou pelos desembargadores que a auxiliaram compondo o grupo de trabalho CCR5 – Coordenadores de Controle Regional das Cinco Regiões. O objetivo da criação do grupo de trabalho que representasse as cinco regiões geográficas do país era a descentralização das ações da Corregedoria Nacional, para compartilhar a missão correcional com as Corregedorias locais, que ficaram mais fortalecidas e deram andamento mais célere na análise dos procedimentos.

Inspecções e Correições - Com o intuito de aperfeiçoar os serviços prestados pelo Poder Judiciário, a Corregedoria realizou durante o biênio 21 inspecções e correições em unidades dos Tribunais de Justiça dos Estados e Tribunais Regionais Federais. Também foi dado prosseguimento à análise de 66 inspecções e correições iniciadas nas gestões anteriores, verificando do cumprimento das determinações direcionadas aos Tribunais. Em junho de 2016, a corregedora Nancy Andrighi realizou a primeira inspeção virtual da história do Judiciário brasileiro. Essa ação pioneira foi desenvolvida nas Turmas Recursais e Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Fale com a Corregedora - Andrighi também buscou o diálogo bem próximo com a magistratura de primeiro grau, para conhecer suas inquietudes e necessidades. Para isso, criou o programa “Fale com a Corregedora”, que consistiu em encontros promovidos em vários estados, marcados pelos diálogos francos, quando os juízes puderam expressar livremente seus anseios.

À Corregedoria cabia encaminhar às autoridades competentes muitas dessas demandas dos magistrados que trabalham na ponta, que conhecem como poucos a realidade do Judiciário.

Execuções Fiscais – Uma das ações mais bem sucedidas da Corregedoria foi o Programa de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que modernizou a forma de administração e condução das Varas da Fazenda Pública e as especializadas em execuções fiscais.

Dentro do programa, foram realizados diversos mutirões com parceria entre o Judiciário e o Executivo estadual ou municipal para negociar as dívidas dos contribuintes e facilitar o pagamento. Foram arrecadados nos mutirões mais de R\$ 5 bilhões.

Regime Especial de Trabalho no TJBA - Outra iniciativa de grande êxito foi a instauração, em junho de 2015, do Regime Especial de Trabalho na Comarca de Salvador do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). Foi um sucesso, apesar da resistência inicial de partes dos desembargadores, que chegaram a ir ao STF contra a decisão de deslocar 264 servidores do 2º Grau da Corte baiana para atuar provisoriamente nas varas com maior estoque processual.

Houve grande empenho dos magistrados e servidores envolvidos na empreitada, de forma que Regime terminou quase dois meses antes do estipulado, em outubro de 2015, superando todas as metas iniciais. Foram 81 Varas soteropolitanas saneadas, 843 mil atos judiciais realizados e 24,3 mil processos baixados. A iniciativa se constituiu num verdadeiro modelo de como se mobilizar e atacar concretamente problemas de morosidade e desorganização que pareciam insolúveis no Judiciário, especialmente no 1º Grau.

Cadastro Nacional de Adoção - O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) foi modernizado, ficando mais simples e funcional com o intuito tanto de facilitar e apoiar o trabalho dos juízes da Infância e da Juventude como para potencializar o aumento das adoções no Brasil. Agora o CNA possui um sistema de cruzamento de dados mais eficiente, que busca pretendentes e crianças com perfis afins em nível nacional. Também passou a contemplar o cadastro de pretendentes estrangeiros.

Juizados Especiais – Para celebrar os 25 anos da Lei 9.099/1995, que instituiu a Justiça Especial no Brasil, a Corregedoria criou o programa “Redescobrimo os Juizados Especiais”. A iniciativa voltou-se ao resgate de seus princípios fundadores: a simplicidade e a informalidade.

Os juizados são voltados sobretudo à resolução dos casos mais simples, muitas vezes dispensando a presença de advogado, e que compõem parte expressiva das demandas da população ao Poder Judiciário. O Programa foi fundamental para fomentar o debate sobre o papel da Justiça Especial, suas especificidades e finalidades. A Corregedoria estabeleceu metas para aperfeiçoamento dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais.

Aceleração dos Julgamentos - Após detectar a existência de 68 mil recursos parados numa garagem no prédio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), a corregedora Nancy Andrighi instituiu naquela Corte o Programa de Aceleração de Julgamentos (PAJ). A meta era julgar, ao menos, 80% dos recursos que ingressaram na 1ª Seção da Corte federal antes do ano 2012. O foco era limpar o acervo, sobretudo, dos processos previdenciários, alguns deles parados desde os anos 1990.

Para tanto, foram convocados 12 juízes de 1º Grau, além de 20 assessores de alto nível, para se dedicar exclusivamente a esse trabalho. Semanalmente, foram realizadas sessões de julgamento ordinárias para dar conclusão aos casos.

Extrajudicial – A ministra Nancy Andrighi deu especial atenção aos ofícios extrajudiciais expedindo vários atos normativos para modernizar os cartórios e facilitar a vida da população. Ficou mais fácil registrar crianças geradas por meio de reprodução assistida, oficializar divórcio consensual no exterior, fazer inventário e partilha, obter certidão de óbito, entre outros.

Nosso Aplauso – Em tantas andanças pelo país afora, visitando tantos órgãos do Poder Judiciário, a ministra Nancy Andrighi não encontrou só problemas. Viu muitas práticas exemplares, varas muito bem estruturadas, magistrados e servidores comprometidos,

atendimento humanizado à população. Para divulgar e elogiar publicamente esses bons exemplos, a ministro criou a coluna “Nosso Aplauso!” na página da Corregedoria na internet.